



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 11 de abril de 2026

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBOVespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,12% São Paulo	188.161	R\$ 5,011 (-1,03%)	6/abril: 5,146 7/abril: 5,155 8/abril: 5,102 9/abril: 5,063	R\$ 5,877	14,65%	14,57%	Novembro/2025: 0,18 Dezembro/2025: 0,33 Janeiro/2026: 0,33 Fevereiro/2026: 0,70 Março/2026: 0,88
0,56% Nova York	197.323						
	7/4 8/4 9/4 10/4						

ALTA DOS PREÇOS

Guerra impacta e inflação fica em 4,14%

Segundo IBGE, o grupo de transportes pressionou o IPCA de março, que chegou a 0,88%, influenciado pela alta de combustíveis

» FERNANDA STRICKLAND

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,88% em março, segundo dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em fevereiro, o indicador foi de 0,70%.

No acumulado do ano, o índice soma alta de 1,92%. Em 12 meses, a inflação chegou a 4,14%, acima dos 3,81% registrados no período imediatamente anterior. Em março de 2025, o IPCA havia sido de 0,56%.

A elevação revela o impacto dos efeitos da guerra no Iraque sobre os preços no Brasil, por causa da oscilação do preço do petróleo no mercado internacional. Os grupos de Transportes e Alimentação e bebidas foram responsáveis, juntos, por 76% da inflação do mês.

Entre os principais fatores de pressão, os combustíveis tiveram papel central. A gasolina subiu 4,59% e exerceu o maior impacto individual no índice, contribuindo com 0,23 ponto percentual. Também houve aumento nas passagens aéreas (6,08%) e no diesel (13,90%), embora com menor peso no cálculo geral.

No grupo Alimentação e bebidas, os destaques foram o leite longa vida, com alta de 11,74%, e o tomate, que avançou 20,31%. Esses dois itens responderam, respectivamente, por 0,07 e 0,05 ponto percentual do IPCA. Somados aos principais itens de

transportes, cinco subitens concentraram 0,43 ponto percentual da inflação de março.

De acordo com o gerente do IPCA, Fernando Gonçalves, parte das pressões já reflete fatores externos. "Em alguns subitens, especialmente nos combustíveis, já se sente o efeito das incertezas no cenário internacional", afirmou.

Todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram aumento de preços em março. Transportes liderou, com alta de 1,64% e impacto de 0,34 ponto percentual, seguido por Alimentação e bebidas, que avançou 1,56% e contribuiu com 0,33 ponto percentual.

Nos demais grupos, as variações foram mais moderadas, oscilando entre 0,02% em Educação e 0,65% em Despesas pessoais. Segundo Gonçalves, a alimentação no domicílio teve aceleração mais intensa, com alta de 1,94%, a maior desde abril de 2022. O movimento combina redução de oferta de alguns produtos com aumento dos custos de frete, influenciados pelos combustíveis.

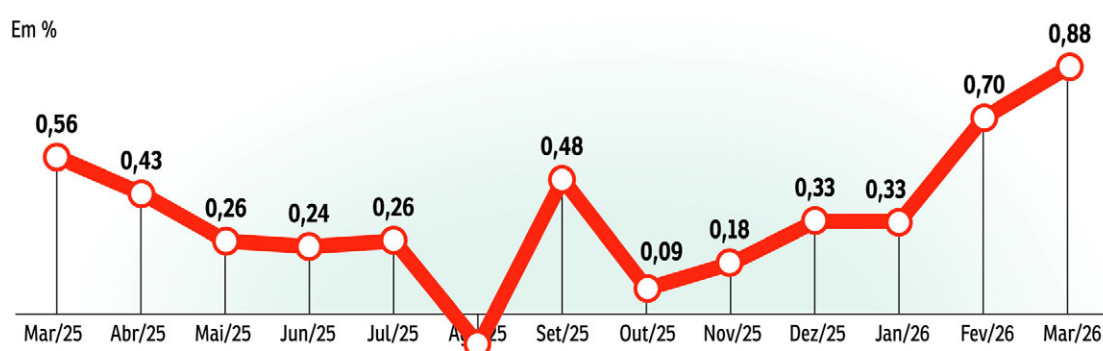
Entre as 16 localidades pesquisadas, Salvador registrou a maior variação do índice em março, com alta de 1,47%, puxada principalmente pela gasolina (17,37%) e pelas carnes (3,56%).

Já Rio Branco apresentou a menor inflação do período, de 0,37%, influenciada pela queda nos preços da energia elétrica residencial (-3,28%) e das frutas (-3,72%).

Nas principais regiões metropolitanas, o índice ficou abaixo

Em alta

Em março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi a 0,88%, superando em 0,18 ponto percentual (p.p.) o índice de fevereiro (0,70%)



Fonte: IBGE



Valdo Virgo/CE/DA Press

da média nacional em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambos com alta de 0,78%. Em Belo Horizonte, o IPCA foi de 0,93%, acima do resultado geral.

Pressão persistente

Para analistas do mercado, o resultado de março indica que o processo de desaceleração da inflação ainda enfrenta desafios, especialmente diante da influência de fatores externos. O CEO da MA7 Negócios, André Matos, avalia que um agravamento do cenário geopolítico, especialmente no Oriente Médio, poderá intensificar a pressão sobre o petróleo e elevar ainda mais a inflação, impactando o ritmo de queda dos juros no Brasil.

Na mesma linha, a sócia da Finscale, Leticia Moschioni, afirma que a inflação mais alta eleva custos operacionais, reduz a previsibilidade de receitas e aumenta o risco de inadimplência, sobretudo em setores como varejo, serviços e logística.

O analista da Ouro Preto Investimentos, Sidney Lima, destaca que a pressão em combustíveis e alimentos afeta rapidamente a percepção inflacionária e influencia a curva de juros, reduzindo a expectativa de cortes mais intensos da taxa Selic. Já o CEO do Grupo Everblue, Gabriel Padula, ressalta que o ambiente econômico segue condicionado por custos essenciais elevados, exigindo maior rigor na avaliação de risco e na alocação de capital por parte do mercado.

CARGA TRIBUTÁRIA

Carga tributária aumenta para 32,4% do PIB

» ROSANA HESSEL
» PEDRO JOSÉ*

A carga tributária brasileira atingiu 32,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025, um recorde da série histórica, iniciada em 2010, de acordo com o "Boletim de Estimativa da Carga Tributária do Governo Geral de 2025", divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. Os dados se referem ao total de impostos recolhidos pelo governo geral — que inclui União, estados e municípios —, que em 2024 correspondiam a 32,2% do PIB.

Em valores brutos, o aumento anual da carga tributária brasileira em relação a 2024 foi de 8,8% para R\$ 4,12 trilhões — incremento de R\$ 333 bilhões para os cofres da União em tributos ampliados, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) ao longo de 2025 e a reatuação gradual da folha de pagamentos, lembram os especialistas. "Esse aumento da carga tributária em relação ao PIB chama a atenção, porque a taxa é a maior dos últimos 15 anos. E ainda há outro elemento como o aumento real de tributos na esfera estadual, que aumentou o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para melhorar a posição no

rateio da reforma tributária", destacou o advogado tributarista Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia, lamentando o fato de o governo evitar fazer uma reforma administrativa que reduza os gastos de forma mais expressiva.

O economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, também criticou a falta de ajuste estrutural do governo. "Os dados mostram que a estratégia fiscal do Ministério da Fazenda, unilateral em ampliar carga tributária, funcionou e atendeu aos objetivos pretendidos. No entanto, o problema fiscal segue carecendo de solução estrutural, que deve focar no gasto", destacou.

Apesar do aumento de 0,18 ponto na carga tributária, a taxa do Brasil é inferior à da média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado clube dos ricos, de 34% do PIB, registrada em 2024, conforme o relatório do Tesouro. Mas, a qualidade dos serviços públicos ainda não é comparável ao padrão de países desenvolvidos, especialmente os europeus, destacou Jonathas Goulart, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). "O nível

O peso do Estado

Evolução da carga tributária bruta do governo federal, dos estados e dos municípios sobre os contribuintes

DADOS EM % DO PIB



Fonte: Tesouro Nacional

Valores brutos de impostos e contribuições pagos pelos contribuintes

2024: R\$ 3,794 TRILHÕES

2025: R\$ 4,127 TRILHÕES

Varição 8,8%

de arrecadação do Brasil é compatível ao de países desenvolvidos, mas a sociedade não recebe serviços equivalentes ao que paga em impostos", comparou.

Goulart lembrou que a carga tributária aumentou em um cenário em que as contas públicas seguem no vermelho e a dívida pública bruta está perto de 80% do PIB. "O país não tem o que comemorar com esse aumento da carga tributária com um déficit orçamentário e a dívida pública em relação ao PIB também crescendo, porque continua com um problema fiscal grave a ser equalizado que é a necessidade de

diminuir os gastos", acrescentou.

O economista Davi Leis, sócio da Valor Investimentos, destacou que a carga tributária do Brasil é superior à média da América Latina e apresenta um nível de arrecadação elevado em relação ao padrão de economias emergentes. "Há concentração da tributação sobre o consumo, impacto sobre o ambiente de negócios e diferença entre arrecadação e retorno em serviços públicos", lamentou. Para Leis, a reforma tributária pode alterar a forma de cobrança, mas não necessariamente o nível de arrecadação. "A

simplificação do sistema não implica redução da carga. A tendência é de reorganização dos tributos, enquanto o volume arrecadado segue em debate", afirmou. A mesma opinião é compartilhada por Goulart, da Firjan, que torce para que, pelo menos, a carga atual não aumente nos próximos anos quando a reforma tributária entrar em vigor com o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que será um dos maiores do mundo.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

BANCOS

BRB informa troca de diretores

O Banco de Brasília (BRB) destituiu do cargo dois diretores ligados à antiga gestão, comandada por Paulo Henrique Costa. Segundo fato relevante publicado pela instituição financeira na noite de ontem, o Conselho de Administração demitiu os diretores executivos Diogo Ilário de Araújo Oliveira, de Atacado e Governo, e José Maria Corrêa Dias Júnior, de Tecnologia.

O documento, dirigido aos acionistas e ao mercado financeiro, informa também que Bruno de Oliveira Watanabe foi eleito para a diretoria de Atacado e Governo.

O comunicado destaca que Watanabe possui trajetória no mercado financeiro e no setor público, e exerceu, no BRB, funções técnicas e gerenciais nas áreas de operações de crédito, mercado financeiro, riscos, compliance e estruturação de produtos financeiros.

"A companhia seguirá o ritmo de governança aplicável e encaminhará o nome do diretor ao Banco Central do Brasil, em conformidade com a regulamentação vigente. A posse ocorrerá tão logo sejam concluídos os trâmites previstos", diz o fato relevante do BRB.